



COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ALTO TROMBETAS II E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: SOBREPOSIÇÃO DE INTERESSES, DESAFIOS E CONCILIAÇÃO DE DIREITOS

GT 72 - Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistências e desafios antropológicos.

Raiana Siqueira Mendes – Universidade Federal do Pará (UFPA)¹
Luciana Gonçalves de Carvalho – Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)²

RESUMO

Em fevereiro de 2017, após a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola Alto Trombetas II - localizado na Região de Trombetas/PA, foi dado início a um ciclo de reuniões na tentativa de resolver o conflito que já estava instalado. As comunidades quilombolas reivindicavam a titulação do território imediatamente, mas isso não era possível porque há uma sobreposição territorial com duas Unidades de Conservação (UCs) – Floresta Nacional Saracá-Taquera (Flona) e Reserva Biológica do Rio Trombetas (Rebio), ambas gerenciadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio). O título só poderia ser dado definitivamente se as unidades fossem desafetadas, porém este não seria um processo simples. No caso, necessitaria de um Projeto de Lei (PL) e de todos os trâmites para ser aprovado, e provavelmente o conflito se arrastaria por mais tempo. Ainda, se o tal PL fosse aprovado, na atual conjuntura política do Brasil, não haveria garantia que a posse da terra fosse destinada aos quilombolas. Depois de muitas discussões e avaliações, os quilombolas compreenderam que esta não seria a melhor saída e deliberaram por aceitar a oferta do ICMBio, pelo menos temporariamente. A oferta consiste em estabelecer um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) para a área da Flona e um Termo de Compromisso para a área da Rebio. Com esse acordo, ocorreu a publicação da Portaria de Reconhecimento do Território, em julho de 2018, considerada uma grande vitória pelos quilombolas, um avanço na resolução do conflito. Todavia o acordo não encerrou as tratativas para a expedição do título de terra definitivo, e os quilombolas, representados pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II (ACRQAT), seguirão a luta para a consolidação desta pauta histórica. Todas as deliberações que levaram ao acordo foram engendradas em intensas reuniões, que exigiram um convívio entre membros do governo e da associação quilombola jamais visto antes. Essa aproximação também pressupôs a necessidade da criação de um “diálogo” - assim chamado pelos quilombolas e representantes do governo. O “diálogo”, para o grupo que esteve à frente da condução do processo, era considerado indispensável para se chegar a encaminhamentos que fossem aprovados por todos os interessados. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho, iniciado no curso de graduação em Antropologia da Ufopa, é refletir de maneira mais aprofundada o “diálogo” enquanto categoria nativa e, na medida do possível, como categoria analítica. Indago: Em que consiste o

¹ Bacharela em Antropologia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Mestranda em Sociologia e Antropologia no PPGSA da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: siqueira.raiana@gmail.com

² Orientadora e Doutora em Ciências Humanas-Antropologia (PPGSA/UFRJ), mestra em Sociologia (PPGSA/UFRJ), bacharela em Ciências Sociais (UFRJ). Professora na Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: lu.gdcarvalho@gmail.com

diálogo? As características do processo de negociação sobre a regularização fundiária do território são, efetivamente, dialógicas?

Palavras-chave: Quilombolas; Unidades de Conservação; Diálogo.

1. INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2017, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) publicou o Relatório Técnico de Identificação de Delimitação (RTID) território Alto Trombetas II, que engloba as comunidades quilombolas Moura, Juquirzinho, Jamari, Curuçá, Juquiri, Palhal, Último Quilombo e Nova Esperança (Erepecu), que se distribuem em ambas as margens do rio Trombetas, em Oriximiná-PA.

Tal relatório é um subsídio necessário para o processo de titulação de territórios quilombolas (TQs). No entanto, as áreas pleiteadas pelos quilombolas estão sobrepostas por duas Unidades de Conservação (UCs) – a Floresta Nacional Saracá-Taquera e a Reserva Biológica do Rio Trombetas –, o que impossibilita a titulação dos territórios, uma vez que o Incra não titula áreas públicas. Desse modo, a titulação só poderia ocorrer se as unidades de conservação tivessem seus limites alterados, desafetando as terras pleiteadas pelas comunidades. Ocorre que isso só pode ser feito por meio de Projeto de Lei aprovado no Congresso Nacional, complicando todo o processo e alimentando um conflito entre as comunidades quilombolas representadas pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Alto Trombetas (ACRQAT), a Fundação Cultural Palmares (FCP) e outras instituições públicas como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade), SFB (Serviço Florestal Brasileiro), e Incra que têm, em diferentes aspectos, ingerência sobre as UCs e, assim, interferem na gestão do território quilombola.

A partir da publicação do RTID o governo e a associação começaram a realizar reuniões com a intenção de estabelecer mecanismos que contribuíssem para o avanço do processo. Essas reuniões pressupõem o convívio entre os envolvidos de uma maneira nunca vista antes e gera a necessidade da criação de um “diálogo” – assim chamado pelos próprios representantes dos órgãos e dos quilombolas – para a condução de negociações em que um ou outro tem que ceder em diferentes momentos. Crapanzano (1991, p. 60) afirma que “o diálogo é um modo cultural e historicamente definido de conceber certas transações verbais, e tem, enquanto tal, uma força retórica considerável”. Afirma ainda que o diálogo às vezes pode sugerir, mutualidade,

autenticidade e a definição de uma relação igualitária, como pode também criar a ilusão de que essas características existem onde não há, pode revelar e ao mesmo tempo ocultar muitas coisas, como as relações de poder e os reais desejos por trás da palavra falada.

Em algumas situações e já pensando na necessidade desse entendimento entre as partes, o ICMBio se dispôs a avaliar a possibilidade de recategorização da Rebio³, assim como os quilombolas tiveram que compreender que a titulação definitiva, expedida pelo Incra, nesse momento não é viável.

Esse chamado “diálogo” é construído a partir de habilidades comunicativas que esta pesquisa, iniciada na graduação propôs a abordar. Acompanhei as reuniões a partir de dezembro de 2017, e elas se dividem em: reuniões de alinhamento da associação, nas quais são discutidas as estratégias de participação e o papel de cada diretor nos eventos mais gerais, e reuniões formais com o governo, nas quais esses papéis são “representados” pelos participantes.

Diante do exposto, este trabalho propõe um estudo de caso⁴ sobre as negociações relativas ao processo de titulação das comunidades em meio ao conflito entre os órgãos e os quilombolas envolvidos na disputa territorial. O objeto empírico do estudo são as reuniões internas da associação e as reuniões formais com o governo, em virtude de serem momentos privilegiados para a observação da organização política e social das comunidades, bem como dos papéis performatizados pelos atores envolvidos.

2. DAS FUGAS AO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL

2.1 A formação dos quilombos em Oriximiná

O sistema escravocrata no Brasil foi a base de toda economia colonial no período da colonização portuguesa, formou-se uma estrutura de sociedade agrária, conhecida também como “colônia de plantação” que combinou as características escravocrata na técnica e exploração econômica de índios e negros principalmente na sua composição. A manutenção desse sistema justificava-se principalmente pela crença na superioridade racial branca, tornando negros e índios simples objetos de trocas e negociações com suas vidas condenadas ao trabalho

³ A Reserva Biológica, entre todos os tipos de unidades de Proteção Integral, é a mais restritiva em relação às possibilidades de permanência e uso de recursos. A mudança de categoria de uma UC pode ocorrer por diversas razões, como políticas, sociais, ambientais e etc, mas assim como a desafetação, somente por meio de Projeto de Lei. Nesse contexto, a possibilidade de recategorização é mencionada em função da ocupação quilombola no interior da rebio e dos usos que fazem do território.

⁴ Método qualitativo que permite melhor compreender e aprofundar os fenômenos individuais e os processos políticos e organizacionais de uma sociedade. Procurando na situação específica encontrar as características e o que há mais fundamental nela.

árduo nas lavouras, em tarefas domésticas e a servir os grandes proprietários de terras, comerciantes e à coroa portuguesa (WANDERLEY, 2006).

Mas houve resistência também, conforme Wanderley (2006), a condição de escravizado não foi aceita de forma natural e pacífica, devido aos grandes maus tratos, punições e aos castigos corporais desumanos a que eram submetidos os africanos, muitos fugiam, ocorrendo fugas individuais e em massa, e estes passaram a se concentrar em lugares que denominaram de quilombos. E os quilombos se tornaram importantes centros de resistência e abrigo de negros que fugiam do trabalho forçado e das péssimas condições de vida no país.

No Baixo Amazonas (região oeste do Pará), as comunidades remanescentes de quilombo que vivem à margem do rio Trombetas no município de Oriximiná/PA, possuem uma história marcada por conflitos, luta e resistência, cujos antepassados fugiram das grandes fazendas de cacau e gado, das cidades de Óbidos, Santarém, Alenquer, Belém e de outros centros urbanos e se refugiavam em lugares acima das cachoeiras e cabeceiras do rio. Os quilombolas ocupam a região desde o século XIX, mantendo e repassando suas crenças e práticas, construindo sua identidade e territorialidade (FUNES, 2009).

Os mocambos se tornaram a expressão mais significativa e importante da luta, sobrevivência e resistência dos negros da região de Trombetas. Mais do que um lugar de fuga, os mocambos eram seus lares, um território onde tiveram que se adaptar ao clima, vegetação e a realizar atividades de subsistência como caça, pesca, coleta e extração de recursos naturais. Essas atividades, anos depois, foram fundamentais para a manutenção da economia local, principalmente a coleta de castanha e o plantio de mandioca e outros produtos. Com o passar dos anos suas ocupações foram sendo consolidadas, e, ao final do século XIX e início do século XX, a perseguição e o perigo de serem recapturados foram diminuindo. Os mocambos foram se expandindo, migrando para outros lugares e os ex-escravos foram descendo para as margens do rio e formando novas ocupações como Cachoeira Porteira, Mocambo, Conceição, Macaxeira, Abuí, Tapagem, Erepecu e Moura (FUNES, 2009).

Com a abolição da escravatura, esses grupos foram ocupando cada vez mais áreas na margem do rio, dos lagos e igarapés, criando comunidades que se mantêm até hoje. Esse processo de ocupação do território está presente em registros históricos e vivo na memória coletiva e social de cada um.

Segundo Carvalho (2015, p. 73):

As experiências da escravidão vividas pelos antepassados dos remanescentes de quilombos de Oriximiná persistem em gestos, memórias, pesadelos e histórias passadas de pais para filhos. Conformam um material simbólico denso para a

elaboração de representações de um passado comum, as quais reforçam o sentimento de pertença étnica e alimentam a continuidade das comunidades.

Para Halbwachs (2004) a memória individual, é um desdobramento de uma memória coletiva, uma vez que as lembranças e vivências são construídas no interior de um grupo, além disto, podemos criar um imaginário e representações do passado a partir da percepção e narrativas de outras pessoas, naturalmente, somos estimulados a imaginar o que aconteceu e internalizamos essas representações, criando também uma memória histórica.

Uma ilustração dessa afirmativa, verifica-se na entrevista a seguir, realizada pela Ecodimensão (2014), para o relatório antropológico do Jamari/Último Quilombo, que compõe uma das peças técnicas do RTID:

A minha bisavó fugiu da escravidão, a avó da minha avó. Ela veio pra cá pra esse rio fugida, pra esse rio que não tinha um vivente. O pai dela foi tirar lugar pra morar aí no fim das cachoeiras. Quando eles iam fazer compra na cidade, eles iam todos escondidos. Andavam de noite, com medo dos brancos pegarem eles. Andavam de noite; de dia eles estavam escondidos na beirada. Assim a minha avó contava, porque eu mesma não conto; já conto o que ela contava. A avó dela veio escondida da escravidão. A mãe da minha avó já foi ter ela lá nas cachoeiras, num lugar chamado Campiche. E ela contava pra nós isso. Só andavam escondidos. Até que eles conseguiram ter a liberação pra vim morar mais pra baixo. Naquele tempo, de primeiro, o povo era tudo parado, não fazia quase nada, só andava mesmo assim escondido. Esse rio era liberto, era um rio farto. Botavam caça pela beira, não tinha medo de cristão, porque não conheciam cristão. Ela contava. Ela dizia: “Ah, minha filha, naquele tempo tudo era escondido. Medo de branco pegar os pobres, os negros!” Os pobres, que eles chamavam (Entrevista com Nasezenha de Andrade, out./2012, p. 59).

Pollak (1992) afirma que os elementos que constituem os acontecimentos de uma memória individual ou coletiva, são primeiramente, os processos vividos pessoalmente. Depois disto, seriam os acontecimentos que ele caracterizou como “vividos por tabela”, ou seja, experiências vividas pelo grupo na qual a pessoa se diz pertencer. São ainda, acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre viveu, mas que, no imaginário que ela construiu, tornaram-se tão relevantes que às vezes sente que participou de tal processo.

O processo de ocupação também concretiza a construção de territorialidade, cuja relação entre homem-natureza, é fundamental. Para Wanderley (2006, p. 8):

O espaço vital, da satisfação das necessidades básicas, se transforma em espaço vivido, das práticas, dos símbolos, dos mitos, da história e da identidade para com o território. O espaço vivido é a expressão do profundo enraizamento territorial dos negros, ou seja, a construção de uma territorialidade.

Os quilombolas que até hoje estão localizados às margens do rio Trombetas, são prova viva da existência pregressa de um povo que lutou e resistiu em um dos períodos mais cruéis da história brasileira. A organização social e territorial, bem como as redes de relações e confiança estabelecidas e consolidadas ao longo do tempo ainda são reflexos da construção histórica feita pelos negros que conseguiram fugir das senzalas.

Segundo O'Dywer (2002), historicamente esses grupos costumavam praticar formas de “isolamento defensivo e consciente”, para dificultar a entrada de estranhos nas localidades em que vivem, num contexto de constante ameaças externas. Mas construía também redes de alianças e cumplicidade fora dos mocambos com grupos distintos, durante o período da colonização podemos ressaltar a aliança com os indígenas para se defenderem das expedições de recaptura e nos períodos mais recentes, a aliança com os ribeirinhos pelo reconhecimento territorial, denominada também pela autora como “unidades em contraste⁵”.

A compreensão de território que se aplica aos mocambos do Trombetas e outras diversas populações tradicionais, segundo Almeida (2002), não é representada pelos limites físicos ou geográficos das áreas, como é comumente definido pela lógica das relações de poder do Estado. O território não começa na beira do rio e termina na sede da associação; noção de território ultrapassa o lugar onde moram, tem relação com os usos que fazem, os recursos que utilizam e os processos identitários, culturais, simbólicos e sociais que constroem sobre a terra ao longo dos anos.

2.2 Novos conflitos e a luta pela titulação do território quilombola Alto Trombetas II

O Território Quilombola (TQ) Alto Trombetas II, onde esta pesquisa foi realizada, abrange as comunidades quilombolas do Moura, Juquirizinho, Jamari, Curuçá, Juquiri, Palhal, Último Quilombo e Nova Esperança (Erepecu),

Segundo a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II (ACRQAT - entidade que representa o território), há aproximadamente 300 famílias vivendo em seus limites. Trata-se, para essas famílias, de um lugar onde repassam os conhecimentos e tradições de seus antepassados, renovam e agregam novos sentidos e práticas com os anos.

Contudo, diversos conflitos foram instaurados entre as comunidades e diferentes atores ao longo dos anos. Em 1976 ocorre a implantação da *company town* Porto Trombetas, um

⁵ “Unidades em contraste” faz a referência a compreensão dos grupos no que diz respeito às diferenças que possuem em termos de subsistência e das interações que promovem no núcleo urbano.

megaprojeto da Mineração Rio do Norte (MRN), com o propósito de realizar extração e exportação de bauxita, sendo que alguns dos platôs visados pela empresa localizam-se no interior do território historicamente ocupado pelos quilombolas. Naquele período, não havia leis que protegessem as comunidades dos efeitos da mineração no território, mas já existia o Código de Mineração instituído pelo Decreto-lei nº227, de 28 fevereiro de 1967, que regulamentava e legitimava as atividades minerárias na área.

Este evento causou “transformações estruturais profundas e duradouras na área ocupada pelos remanescentes de quilombo do Trombetas a começar pela quebra do relativo distanciamento que os negros se encontravam dos centros urbanos” (Ecodimensão, 2014, p. 65). Com a chegada da MRN e conseqüentemente a demanda por serviços terceirizados e força de trabalho, muitos negros foram trabalhar para a mineração, saindo da condição que experimentavam de camponeses e sendo convertidos em operários ou prestadores de serviços. Ainda segundo o autor, esse processo de proletarização aconteceu de forma mais intensa e significativa nas comunidades de Boa Vista e Moura, que se localizam próximo de onde a cidade de Porto Trombetas foi instalada.

Com a intensificação das atividades da mineração não demorou para que os efeitos devastadores ambientais, sociais e econômicos comesçassem a aparecer, sentidos diretamente pelos quilombolas, como a poluição do lago da Batata com rejeitos da exploração da bauxita, que assim como outros lagos, era uma lugar tradicional para a realização de atividades de pesca e lazer dos moradores, mas que foi interditado pela MRN (Ecodimensão, 2014).

Em 1979 foi criada pelo Decreto nº 84.018 a Reserva Biológica do Rio Trombetas, abrangendo boa parte do território ocupado pelas comunidades. As proibições e limitações de acesso e uso de recursos naturais, que esse modelo de Unidade de Conservação (UC) impõe gerou conflito entre elas e o então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). De acordo com Wanderley (2008, p. 15):

Na REBIO, por lei, não se permite a existência de nenhum humano vivendo no seu interior. Esse tipo de conservação considera a interação entre indivíduo e natureza um risco à preservação ecológica local. As reservas biológicas estão estruturadas num discurso puramente biológico e ecológico, que defende a exclusão do homem para maior proteção da biodiversidade, como se o ser humano não fosse parte integrante da natureza e como se todas as relações entre homem-meio fossem por excelência maléfica. Cria-se assim um território inexistente, onde não existe ser humano nem muito menos a relação sociedade-natureza.

A criação da reserva resultou na migração compulsória e por vezes violenta de muitos quilombolas que viviam no interior da Rebio para outras comunidades. E aqueles que permaneceram no lugar, tiveram que conviver sob constante ameaças e com a existência

invisibilizada pelos órgãos. Para Leite (1996), essa invisibilidade social do negro pode ser explicada por meio da influência das ideologias raciais na consolidação de uma identidade nacional marcada pelo mito das três raças e posteriormente pelo mito da democracia racial, na qual um dos suportes é a ideologia do branqueamento. Para a autora, “não é o que negro não seja visto, mas sim que *ele é visto como não existente*”, diz ainda que esse processo funciona como um *dispositivo de negação* do outro, tornando-se um produtor e reproduzidor do racismo mesmo que por vezes, inconscientemente (LEITE, 1996, p. 41).

As informações no relatório antropológico das comunidades Jamari/Último Quilombo apontam, que o IBDF reforçava a invisibilização dos quilombolas, que sabia da existência das unidades familiares dentro da Rebio, mas relatava o oposto para as instâncias superiores e por vezes chegava a recomendar para os quilombolas que se escondessem nas matas e apagassem seus vestígios quando as expedições de fiscalização chegassem. Esse fato, é outro relato presente no relatório antropológico, que demonstra a opressão e discriminação histórica os negros do Trombetas que já vivenciaram.

Em 1979, chegou o IBDF. Quando eles chegaram aqui, a gente morava aí, o pai dela. Quando o chefe vinha pra cá, acho que ver a área, se realmente não tinha ninguém morando, eles chegavam aqui na casa e diziam: “Olha, amanhã vai entrar um pessoal aqui, os donos da terra. Quando vocês verem o barulho da lancha, alaguem a canoa de vocês, apaguem o fogo de vocês e corram pro mato, se escondam, porque vai entrar um pessoal aqui.” A gente besta, quando via na boca: vum, vum, aí ia lá, alagava canoa, apagava fogo e ficava escondido lá no mato. Por que eles faziam isso? Porque eles foram dizer lá pro governo que aqui não morava ninguém. Depois que nós fomos descobrir. Por isso que ele vinha na frente, mandava a gente se esconder, apagar fogo, alagar canoa, pra quando o pessoal viesse aqui ver, não tinha ninguém: “É verdade o que o B. disse lá em Brasília, que não tem ninguém! Uma área de reserva, sem povo, sem gente, sem ter ninguém.” Aí, depois, nós fomos sabendo. Ele cansou de chegar aqui em casa. Em lugar por aí, panela ele tomava, tracajá, paca da panela; estava cozinhando, ele chegava, pegava e jogava a comida pro mato. Deixava muita gente sem comer. Ele cansou de fazer isso aqui, nesse rio grande, por aí. E o pessoal ficava sem comer. Ele fazia isso. Ele era muito ruim (Entrevista com Raimundo Dias Barbosa, out./2012 apud Ecodimensão, 2014, p. 68).

Conforme Acevedo e Castro (1998, p. 232), “o *cercamento* de terras e águas inaugura uma impossibilidade. A rigidez de normas e de policiamento da Reserva Biológica é representada por eles como um novo cativeiro”. Assim, esse cercamento e imposição de limites, exclui os grupos negros e os induz a uma situação precária e de miséria.

A implantação da reserva, desde o início foi marcada por intensos conflitos, arbitrariedades e violência desproporcional contra os quilombolas. Eram constantes os abusos de poder e truculência contra os negros pelos agentes ambientais, sobretudo do IBDF, que não praticavam somente violências simbólicas, mas agressões físicas e até mesmo foram

responsáveis por levar um membro de uma família quilombola a óbito (Ecodimensão, 2014). A luta pela titulação, pelo direito de permanecer em terras que tradicionalmente ocupam continua tão viva quanto antes, como observamos nas falas, expressões e no esforço de garantir que os desfechos e conflitos históricos não se repitam

Contudo, as políticas ambientais têm sua consolidação através da implantação de várias Unidades de Conservação na Amazônia, ao final no regime militar, nas décadas 1970 e 1980. E é nesse cenário que é criada a Rebio Trombetas, uma medida administrativa que estabeleceu limites e criou cercas em terras que já eram tradicionalmente ocupadas por várias comunidades quilombolas.

O direito à titulação de territórios ocupadas por comunidades quilombolas só foi estabelecido anos depois, por meio do Artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, que concedeu aos remanescentes de comunidades quilombolas o direito de terem suas terras reconhecidas e definitivamente tituladas, cabendo ao Estado o dever de emitir seus respectivos títulos.

Segundo Brasileiro e Sampaio (2002), no mesmo ano da promulgação do art. 68 do ADCT, foi criada a Fundação Cultural Palmares, subordinada ao Ministério da Cultura, com a finalidade de “promover preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra no processo constitutivo da sociedade brasileira” (p. 86). A CF de 1988 e posteriores políticas de ações afirmativas surgem com a proposta de reparar de alguma maneira, os danos causados por todo o período de vigência da escravatura no Brasil, tornando-se um marco histórico nos direitos das comunidades quilombolas.

Essa forma violenta como as unidades de conservação foram consolidadas gerou muitos conflitos e insatisfações para as comunidades quilombolas afetadas. Especialmente a criação da Flona, implantada após a CF de 1988, ignorando completamente o Art. 68 do ADCT, foi percebida como grande sinal de *desconsideração*. Oliveira (2011), trata a desconsideração ou os *atos de desconsideração* como um *insulto moral*, caracterizado pelas atitudes que agridem direitos legais e de natureza ético-moral.

É nesse contexto que é empregado o tema, o não reconhecimento da ocupação quilombola ao implantar a Flona, pode ser interpretada também como um insulto moral às populações que lá já estavam. As UCs, além de dificultarem a titulação do território, impossibilitaram o acesso às áreas e conseqüentemente a utilização dos recursos, como a coleta de castanha, extração de copaíba, andiroba, caça, pesca, dentre outros – no caso da Rebio. E que só através da “clandestinidade” é que conseguem obter tais recursos, criando uma situação de desobediência civil, frente à coibição dos órgãos gestores.

Em função de todos esses conflitos e respaldados pelos direitos reconhecidos, foi que as comunidades quilombolas do Território Alto Trombetas II entraram com o pedido de titulação de seus territórios em 2004, por meio da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (ARQMO) junto ao Incra.

O processo foi aberto em 2004, mas somente em 2008 com a abertura de uma Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CAAF) pela Advocacia-Geral da União (AGU) é que foram iniciadas as tratativas para tentar resolver o impasse da dupla afetação das unidades de conversação sob o território quilombola. Com a finalidade de conciliar sob a área. Contudo, as ações nesta câmara foram encerradas em 2015 sem qualquer possibilidade de resolução. Porém em fevereiro deste mesmo ano o juiz federal Érico Rodrigo, da Justiça Federal de Santarém, publica uma sentença motivada pela ação civil pública nº 0004405-91.2013.4.01.3902 que obrigou a União, Incra, ICMBio a concluírem as negociações, publicarem os estudos para avançar no processo de titulação no prazo de até dois anos. O MPF/PA em resposta ao recurso da União, defendeu a manutenção da sentença e enviou o pedido ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília.

Em meio às tratativas e de forma tardia, a Fundação Cultural Palmares concede a certidão às comunidades quilombolas em 2013 e durante esse período também ocorre a elaboração das peças técnicas do RTID (2012 a 2016), como relatório antropológico, relatório agroambiental, cadastro quilombola entre outros.

A publicação do RTID ocorreu em fevereiro de 2017, dando início a uma nova fase nas negociações, enfatizo que essa movimentação toda dos órgãos aconteceu em função da sentença que os obrigou a concluírem os trabalhos. Essa nova fase no processo, demandou constantes reuniões com a finalidade de estabelecer um consenso entre as comunidades quilombolas e ICMBio, gerou também a necessidade de um convívio entre os atores jamais visto antes. Exigiu também a capacidade de negociar e desenvolver um diálogo que contribua para possíveis soluções do conflito.

O desenvolvimento dessas habilidades comunicativas e performáticas impõe também que os envolvidos saiam das suas zonas de conforto. Ceder para algum elemento presente no processo é inevitável, isto porque, os quilombolas inicialmente queriam a titulação do território sob qualquer custo, como já foi dito a titulação pressupõe a desafetação das UCs, mas o ICMBio sob hipótese alguma queria abrir mão das unidades. Se transformando em um intenso “cabo de guerra”, mas depois de muitas reuniões e o desenvolvimento de muitos “diálogos”, os quilombolas passaram a compreender a inviabilidade da titulação definitiva neste momento,

aceitando as alternativas temporárias. E o ICMBio, que inicialmente era bastante resistente à publicação da portaria que reconhecia todo território, cedeu à pressão dos quilombolas.

Depois de uma série de reuniões entre comunidades e governo, algumas com a finalidade de informar e outras para deliberar sobre as propostas de acordo, é que finalmente houve consenso e a Portaria de Reconhecimento foi publicada no dia 17 de julho de 2018. Reconhecendo e delimitando como Território Quilombola Alto Trombetas 2 uma área com o total de 189.657,8147 ha (cento e oitenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e sete hectares, oitenta e um ares e quarenta e sete centiares). Os limites do território, segundo documento publicado, se situam ao norte com a Reserva Biológica do Rio Trombetas; ao sul com a Floresta Nacional de Saracá-Taquera; ao leste com Território Quilombola do Boa Vista, Distrito de Porto Trombetas (MRN), Rio Trombetas, Floresta Nacional de Saracá-Taquera, Reserva Biológica do Rio Trombetas, Lagoa do Caruara; a oeste com Rio Trombetas, Território Quilombola Alto Trombetas 1, Lago do Erepecu, Igarapé do Estreito, Lagoa Redonda, Reserva Biológica do Rio Trombetas e Floresta Nacional de Saracá-Taquera⁶.

A regularização fundiária nesse momento se dará por meio de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) para a área da Flona a ser emitido pelo ICMBio, com a intervenção do Incra e Palmares. O CCDRU foi uma estratégia encontrada para solucionar temporariamente o conflito dentro do território e é um instrumento legal previsto no artigo 1.225, XII do Código Civil e criado e disciplinado pelo Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, que regulariza o uso da terra e o direito à moradia de acordo com o plano de uso a ser elaborado de forma conjunta entre os interessados. No entanto, assim como todo contrato, este também terá um limite de tempo a ser definido, e mesmo durante a sua vigência, as tratativas dos quilombolas com os órgãos visando à titulação não serão encerradas, principalmente porque este instrumento não contempla a área da Rebio. Por ser uma UC de Proteção Integral, ela ainda precisará passar por estudos e novas discussões, cogitando-se, inclusive, a sugestão de recategorização da reserva como uma das possibilidades a serem amadurecidas de agora em diante.

É necessário enfatizar a importância das áreas protegidas para proteção e preservação dos recursos naturais, ao mesmo tempo é preciso reconhecer que essas áreas também são essenciais para garantir os meios de subsistência, cultura e moradia das comunidades quilombolas. Instaura-se então a necessidade de compreender que esse processo precisa de

⁶ Portaria de Reconhecimento nº1.172, 17 de julho de 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/32570922/do1-2018-07-19-portaria-n-1-172-de-17-de-julho-de-2018-32570911

flexibilização da gestão das UCs relacionado aos diversos usos que as comunidades fazem do território.

Para que as comunidades quilombolas recebessem a titulação definitiva do território expedida pelo Incra, as UCs precisariam ser desafetadas e isso não seria um processo simples. A desafetação de uma UC só se dá por meio de Projeto de Lei, sancionado pelo Presidente da República, ou seja, a extinção, redução ou recategorização de uma UC provavelmente ficaria tramitando durante anos. E mesmo que houvesse a desafetação, na atual conjuntura existe uma grande possibilidade do território não ser repassado para os quilombolas, mas entregue para atender os interesses de diversos setores econômicos, como mineradoras, hidrelétricas, madeireiras e etc.

3. INSTITUINDO O DIÁLOGO

Uma característica marcante das organizações sociais e políticas, como sindicatos e associações pode ser expressa por meio das reuniões, nelas são discutidas e deliberadas diversas ações e diversas pautas. “O termo reunião, tal como costuma ser usado no universo pesquisado, refere-se a um tipo de encontro convocado por alguma organização formalmente definida – Sindicato, Associação, Movimento (...)”. (COMERFORD, p. 47, 1999).

Reúne-se um grupo de pessoas, que podem ser diretores, lideranças, participantes de “base” e até mesmo convidados, em torno de um objetivo (pauta), previamente definido geralmente por meio de uma convocação entregue a cada membro ou quando se trata de reuniões abertas, divulgadas publicamente, onde a finalidade é discutir e chegar a uma conclusão ou encaminhamentos. Segundo Comerford (1999, p. 47):

(...) A reunião deve necessariamente ter discussões e chegar a algum tipo de conclusão (propostas, decisões ou conclusões). Faz-se uso tanto da palavra falada (em várias modalidades, desde discursos formais até cantos, orações e piadas) como da escrita, e costuma haver utilização e produção de documentos (documentos para discussão, atas, relatórios).

No contexto pesquisado, as reuniões assumiram um papel fundamental desde a instauração do processo de negociação com o governo, tornaram-se uma rotina na vida dos moradores, especialmente para os membros do ACRQAT que são responsáveis por grande parcela da articulação para que elas aconteçam.

As reuniões aqui abordadas, são geralmente definidas em reuniões anteriores, acordadas entre as lideranças da associação e os demais órgãos. Considerando a distância entre as

comunidades, que pode durar de 2 horas de *rabeta* até 4 horas de barco, os dirigentes na maioria das vezes promovem duas ou mais reuniões no território com a mesma pauta, só mudando a comunidade em que será realizada para garantir a maior participação de todos. E mais do que participar, a associação sempre preza por garantir que todos possam falar abertamente, expor seus dilemas e externar suas dúvidas, opiniões e propostas. É um dos poucos espaços em que estão “face a face” com os representantes do governo e por isso deve ser aproveitado.

As falas, dúvidas, propostas e encaminhamentos em sua maioria são registrados em vídeo, atas e memórias da reunião, sendo que algumas delas eu quem fui responsável pela elaboração. É um documento muito importante para os participantes, que pode ser perfeitamente reaproveitado em outros contextos e reuniões. Vale ressaltar o caráter obrigatório dessas reuniões, tornadas possíveis apenas depois da sentença judicial que obrigou ICMBio, Incra e MMA a darem continuidade ao processo. Dito de outro modo, se não fosse tal sentença, o processo provavelmente ainda estaria parado. Nesse sentido, a proposta aqui é mostrar que muito mais que um simples instrumento de discussão e tomada de decisões, as reuniões da ACRQAT são espaços privilegiados para a elaboração de estratégias (reuniões de alinhamento) e para a construção de diálogos (reuniões formais), na medida em que se tornam cruciais para garantir a fluidez do processo.

Discursos, falas, gestos e diálogos são ferramentas necessárias para possibilitar o avanço das negociações. E nas reuniões elas aparecem frequentemente, e foi o que me permitiu perceber que a reunião não é somente um simples espaço de deliberações, é o lugar onde as estratégias são colocadas em ação, com múltiplas expectativas, desdobramentos e onde ocorre um intenso jogo de poder e convencimento. Mas essa lógica de negociação, aparentemente era mais comum para o governo do que para as comunidades quilombolas, e isto me fez questionar: quais habilidades comunicativas, expressivas e/ou representativas os quilombolas utilizam para defender e negociar seus direitos?

Para responder essa questão foi realizada uma observação bem detalhada de várias reuniões, classifiquei-as em dois tipos: reuniões de alinhamento, são reuniões da diretoria da associação que basicamente tem a finalidade de “alinhar” os discursos e prepará-los para a reunião “oficial”, e as reuniões formais com a presença dos representantes e das comunidades, onde ocorre o processo de negociação propriamente dito. As observações pressupõem também a busca de um “estranhamento⁷” quanto aos procedimentos adotados que ao meu ver eram

⁷ Mariza Peirano afirma que o processo de descoberta antropológica, “é um exercício de estranhamento existencial e teórico que passa por vivências múltiplas e pelo pressuposto da universalidade da experiência humana, onde o antropólogo aprende a reconhecer, de início, longe de casa”. Resulta do diálogo entre teoria acumulada e

familiares e foram feitas de forma sistemática junto às reuniões da ACRQAT internas e com o governo. Para Comerford (1999, p. 12):

Essa opção por aquilo que, de certos pontos de vista, pode aparecer como “menor” – ou seja, a opção por centrar a atenção em aspectos do cotidiano ou, dentro dos contextos que se destacam do cotidiano, naqueles aspectos que são ao mesmo tempo mais naturalizados e menos evidentes – não deixa de ser uma aplicação do mote antropológico de “estranhamento do familiar”, o outro lado da moeda da “familiarização do exótico”. Isso porque nesse caso o universo pesquisado faz parte da própria sociedade do pesquisador, e muitas das práticas e representações observadas nesse registro “menor” tendem a parecer auto-evidentes e familiares para o próprio pesquisador.

4. DIÁLOGO COMO PERFORMANCE

Esta pesquisa se alinha aos estudos de *performance*, na medida em que essa noção é útil à análise das reuniões enquanto *situações sociais* ritualizadas capazes de fazer aflorar uma série de elementos indicativos da organização social e política das comunidades observadas, permitindo ainda analisar as relações entre os atores sociais no contexto pesquisado, com ênfase no jogo político construído, vivido e performatizado por estes.

Max Gluckman (1986), em sua obra *Análise de uma situação social na Zululândia moderna*, introduz o conceito de *situação social* e desenvolve um método etnográfico de análise a partir dos eventos por ele observados e os desdobramentos/implicações no âmbito das relações sociais entre os grupos envolvidos. Sua análise concentra-se no norte da Zululândia, onde apresenta o sistema social do país e as relações sociais, econômicas e políticas entre brancos e africanos. Gluckman descreve minuciosamente o evento da inauguração de uma ponte no território Zulu, observando os diferentes comportamentos e as relações estabelecidas na ocasião, considerando a importância ou o interesse de cada um na situação vivenciada. Para Gluckman (1986, p. 228):

As situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que observa. A partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade. Através desta e de novas situações, o antropólogo deve verificar a validade de suas generalizações.

Gluckman e a Escola de Manchester realizaram diversas críticas ao modelo clássico da antropologia britânica, desenvolvendo avanços metodológicos fundamentais para o trabalho de

observação etnográfica, que traz novos desafios para ser entendida e interpretada. Ver (PEIRANO, 1995, p. 44-45).

campo na antropologia. A situação social, apresentada como categoria-chave no novo método adotado por Gluckman para trabalhar o material etnográfico, ganha espaço substituindo o que antes servia apenas para ilustrar a ideia do autor.

A inclusão da análise de situações sociais possibilita trazer uma abordagem analítica sobre as relações entre os grupos, valores, motivações e contradições de maneira diferenciada, é uma ferramenta de análise poderosa que permite também a investigação de situações de mudança rápida. Observar as várias situações em campo, como sugere Gluckman, é uma forma bastante significativa na tentativa de captar o máximo possível do processo social, bem como desenvolver uma análise mais aproximada do que seria a relação entre ação e representação.

De acordo com João Pacheco de Oliveira Filho (1988, p. 54):

Ao falar de situação social, Gluckman, de fato, refere-se a dois instrumentos inteiramente distintos, localizados em diferentes patamares teóricos, ainda que possam ser usados consecutivamente (e assim de modo indiferenciado) no processo concreto de pesquisa. O sentido mais conhecido, que o autor explicita em uma definição (vide 1968:9) e materializa através de extensa discussão de um exemplo específico, é aquele que implica a sobreposição de três elementos: a) um conjunto limitado de atores sociais (indivíduos e grupos); b) ações e comportamentos sociais destes atores; c) um evento ou conjunto de eventos, que referencia a situação social a um dado momento do tempo. Entendida em seu modo mais estrito a situação social não seria mais que isso, um repertório de atores relacionado por determinadas ações e eventos (...).

Segundo Gluckam (1986, p.238), “todos os eventos que envolvem ou afetam os seres humanos são sociais”, nesse sentido, visualizei nas reuniões em Trombetas, uma situação social capaz de demonstrar uma série de características da organização social e política dos quilombolas, além das relações que eles têm com os diferentes atores em meio a esse processo histórico que é a luta pela titulação de seu território. Procurei compreender também o comportamento dos indivíduos, relacionando os dois tipos de reuniões que fazem parte da agenda da associação e das comunidades.

As reuniões se tornaram importantes na medida em que poderiam possibilitar um desfecho positivo desde que o pedido de titulação foi instaurado em 2004, isto explica o esforço de todos em participar das reuniões. Em que muitos “perdem um dia de trabalho” ou “um dia de aula” para estar presente nas discussões. O território neste dia fica todo concentrado, na expectativa de saírem de lá, desse longo dia, com as esperanças renovadas. Embora o desfecho atual ainda não tenha possibilitado a realização do sonho que é a “titulação definitiva”, muitos compreendem que a portaria de reconhecimento já foi uma vitória parcial, e seguirão nessa busca incessante, até que essa luta histórica seja consolidada.

Após compreender as reuniões como uma situação social experimentada frequentemente pelos quilombolas em Trombetas, com a contribuição de John Comerford (1999) pude compreender também, a relevância em escrever sobre um tema que por vezes é tratado como “banal” dentro do contexto da organização de uma associação. Nesse sentido o autor por dar ênfase a questões que geralmente são tratadas como irrelevantes ou “menores” nas discussões sobre mobilizações, lutas e organizações social e políticas de trabalhadores rurais e pequenos agricultores. Em seu livro *Fazendo a luta: sociabilidades, falas, e rituais na construção de organizações camponesas* o autor aborda com bastante originalidade as sociabilidades camponesas a partir de situações não convencionais, como as reuniões da associação. Segundo Comerford (1999, p. 15):

Esses eventos são particularmente interessantes para identificar alguns aspectos ou dimensões da própria vida social que são postos em relevo e rerepresentados pelos e para os próprios atores, abrindo janelas, por assim dizer, que permitem visualizar valores e representações socialmente construídos como importantes no universo social em questão, cujo conjunto pode ser analisado como uma “cosmologia”. No entanto, mais do que apenas representar valores, esses eventos, ou seja, esses conjuntos identificados, nomeados e destacados de práticas sociais, contribuem para (re)construir e transformar esses valores, na medida em que cada evento relaciona-os, de modo até certo ponto singular, a uma situação específica e a outros conjuntos de práticas e representações.

Dessa forma, a abordagem de Comerford contribuiu para que eu pudesse refletir sobre a construção de diversos processos sociais presente do contexto das reuniões da ACRQAT em Trombetas. Rituais e elementos de uma reunião, posicionamentos políticos, divergências, conflitos internos e etc. movimentam e dinamizam o universo social, especialmente das lideranças quilombolas que dedicam grande parte de seu tempo para tornar esses eventos possíveis. Embora eu tenha tratado aqui, de reuniões específicas que ocorrem no território, cabe destacar a movimentação das lideranças para participar de reuniões que às vezes são agendadas em Santarém e em Brasília. É um esforço constante que por vezes tende a ser desgastante também.

Então, dentro de todo este processo, e em função de toda essa mobilização cotidiana da associação é compreensível quando os diretores fazem falas expressando sua revolta diante de questões em os órgãos se mostravam resistentes, porque nesse processo de negociação além de lembrar dos erros históricos que promoveram, deveriam considerar também a dedicação das comunidades em participarem, mesmo com as dificuldades, e na disposição em “dialogar” com os órgãos.

A pauta da titulação é mais uma entre os vários *dramas sociais*⁸ que os quilombolas de Trombetas experimentam. Ao longo desses anos de conflitos com mineração, unidades de conversação e/ou outros órgãos/grupos, foi exigido deles a habilidade de entrar numa lógica de negociação, visando a construção de um “diálogo” para a manutenção e conquistas de direitos. Essa rotina de reuniões, em que muitas chegam a durar até 9 horas, contribuiu para as lideranças criarem um perfil capaz de exercer influência sobre as pessoas, por meio da habilidade de se comunicar e de fazer a defesa de suas demandas. As experiências históricas e o drama vivido são os principais argumentos (e legítimos) que as lideranças se utilizam para garantir seus direitos em meio a esses processos de negociação. A retórica presente no drama, somada às estratégias que traçam durante as reuniões de alinhamento, possibilitam aos quilombolas uma performance eficaz diante das “autoridades” do governo, que embora resistentes no primeiro momento, acabam sendo persuadidos no final.

Nesse sentido, os estudos da antropologia alinhado aos estudos da performance, contribuiu para que eu pudesse analisar a relação entre ação e representação dos quilombolas no contexto das reuniões. Assim, a antropologia da performance surge como um campo de estudos a partir do encontro entre Richard Schechner e Victor Turner, o primeiro com suas contribuições sobre o teatro e o segundo sobre o drama e ritual. Segundo Hikiji (2005, p. 159):

Schechner, parceiro de Turner em trabalhos sobre a antropologia da performance, defende sua diferença com relação ao autor do conceito de drama social. Turner localizaria o drama essencial no conflito e na resolução desse. Schechner (1988) localiza-o na “transformação”: em como as pessoas usam o teatro como um meio de experimentar, atuar e sancionar mudanças. As transformações via performance se dão tanto nos *performers* (que reorganizam seu corpo e mente) como no público. Nesse, as mudanças podem ser temporárias (e aqui se está falando da performance como entretenimento) ou permanentes (no caso do ritual).

Mais do que uma análise da representação do indivíduo no contexto do teatro tradicional, os estudos de performance em Schchener e Turner propõem uma análise da ação humana, do homem em suas inúmeras formas de interpretar, e, dessa maneira, fornecem elementos para pensar as formas como os quilombolas expressam seus interesses e relações nas reuniões. Para Schechner (2006, p. 12):

Algo “é” performance quando os contextos histórico e social, a convenção, o uso, a tradição, dizem que é. Rituais, jogos e peças, e os papéis da vida cotidiana são performances porque a convenção, o contexto, o uso, e a tradição assim dizem. Não se pode determinar o que “é” performance sem antes se referir às circunstâncias

⁸ Victor Turner (2008), cria a noção de *drama social* para falar a respeito da vida social dos Ndembu, que entre outras coisas, é marcada pelos conflitos.

culturais específicas. Não existe nada inerente a uma ação nela mesma que a transforme numa performance ou que a desqualifique de ser uma performance. A partir da perspectiva do tipo de teoria da performance que proponho, toda ação é uma performance. Mas da perspectiva da prática cultural, algumas ações serão julgadas performances e outras não; e isto varia de cultura para cultura, de período histórico para período histórico.

Para Schechner, há pontos de contato entre o pensamento antropológico e teatral, dentre os vários ele destaca os pontos remanescentes que são: a sequência total da performance, a transmissão do conhecimento performático, e avaliações, afirmando que se volta para a antropologia “não por ser uma ciência que resolve problemas, mas porque percebe uma convergência de paradigmas. Assim como o teatro está se antropologizando, a antropologia está sendo teatralizada”. (SCHECHNER, 2011, p. 234).

A performance das lideranças que fazem intervenções nas reuniões se torna mais fácil em função dos “ensaios” que fazem antecipadamente, seja nas reuniões de alinhamento ou nas conversas informais. O fato de comentarem sobre determinada pauta, causa a repetição e isso contribui para que eles se preparem na hora de fazerem suas intervenções.

Os elementos performáticos durante as reuniões ficam expressos também nas intervenções das lideranças quando se utilizam de outras habilidades comunicativas, como fazer falas pausadas, o uso por vezes de um tom mais agressivo, direcionando suas falas, dirigindo-se até “autoridades”, nos gestos e expressões que deixam nítido a insatisfação e a revolta. Quando dirigem-se também ao público, em falas como “nós estamos aqui por mais de 20 anos nessa luta”, quando lançam questões e mesmo que o público não responda, reagem através de expressões, balançando a cabeça positivamente, enfim, são elementos que prendem a atenção dos participantes da base porque são sentimentos que eles também compartilham e dessa forma, sentem-se contemplados. Para Schechner (2006, p. 23):

Existem muitas maneiras de entender a performance. Qualquer evento, ação e comportamento podem ser examinados “enquanto” performances. Utilizar a categoria do “enquanto” performance tem suas vantagens. Pode-se considerar as coisas provisoriamente, em processo, enquanto elas mudam através do tempo. Em qualquer atividade humana existem normalmente muitos atores, com pontos de vista, objetivos e sentimentos diferentes e até mesmo opostos.

A performance pressupõe também a representação e outro autor que me ajudou na elaboração dessas compreensões foi Erving Goffman (1996), que na sua obra *A representação do eu na vida cotidiana*, defende que a vida social é formada por atores e espectadores, é uma fusão entre plateia e palco. O autor, assim como Schechner, se utiliza de elementos do meio dramático e situações teatrais para explicar as maneiras como os indivíduos representam seu

papel em espaços específicos de forma que consigam influenciar as impressões dos demais (plateia), a interação entre ator e espectador é fundamental para determinar tais impressões.

Nesse sentido, a partir dessa analogia dramatúrgica de Goffman, no contexto pesquisado caracterizei as *lideranças* como os atores, *os participantes de base* como a plateia e a *reunião* como o palco. Mas não quero com essa analogia colocar as lideranças quilombolas, nem as comunidades em descrédito, tampouco afirmar que a participação deles no processo é apenas uma “encenação”, muito pelo contrário reafirmo a legitimidade da luta dos quilombolas em Trombetas e ressalto que a minha opção por uma analogia com aspectos teatrais, contribuiu para entender os elementos da estrutura e das situações sociais presente na vida cotidiana das comunidades.

Goffman usa dois conceitos para falar a respeito das ações dos indivíduos e das interações com outros sujeitos num determinado espaço, dessa forma sobre *representação* e *fachada*, o autor afirma que:

Venho usando o termo “representação” para me referir a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência. Será conveniente denominar de fachada a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação. (1996, p. 29)

O autor também fala a respeito da “fachada pessoal”, que segundo ele, é composto por elementos expressivos do próprio ator, que podem ser fixos como a idade, altura ou características raciais e transitórias como a expressão facial que durante a representação pode mudar de um momento para outro. Nesse sentido, a fachada pessoal é uma característica bem marcante nas intervenções de João, desde o vestuário até as expressões e linguagens que se utiliza durante as reuniões. Essa mudança de expressão durante as discussões é algo bem comum e que acontece com frequência também, por exemplo, em um determinado momento, ele está descontraído, fazendo brincadeiras e sorrindo, no entanto, há uma mudança significativa quando a discussão se torna mais polêmica, onde João utiliza outro tom, outra expressão. Assim como essa fachada muda de acordo com o “cenário”, no contexto das reuniões há “embates” constantes, mas essa postura muda como na situação informal que mencionei no “box 18”, em um clima de descontração e numa relação aparentemente “amistosa”.

Essa mudança de postura também foi necessária em relação às pautas do processo, tanto ICMBio quanto os quilombolas precisaram sair das suas zonas de conforto para garantir a

fluidez das negociações. Inicialmente a associação não aceitava outra alternativa que não fosse a titulação definitiva, e do outro lado, ICMBio não queria dar a possibilidade de desafetação das UCs. No entanto, o “diálogo” que tanto falam, pressupõe o entendimento entre as partes envolvidas, este entendimento acontece quando os acordos beneficiam a todos. Embora a publicação da portaria de reconhecimento do território tenha sido uma vitória emblemática, em função de todos anos de luta, ela ainda não encerra as tratativas e em algum momento o tema da desafetação vai tornar a ser pauta de reunião novamente.

5. CONCLUSÃO

As lutas sociais dos quilombolas do Trombetas iniciaram ainda no século XVIII com as inúmeras fugas dos negros das senzalas e grandes fazendas da região, perseguidos por capitães do mato, expedições de recaptura, enfrentando milícias e militares armados, mas em meio às fugas, encontraram no vale do Trombetas um lugar estratégico para a formação dos primeiros mocambos, com gerações que ocupam o território até hoje.

Das fugas, os conflitos se tornaram socioambientais desde a década de 1970, várias medidas foram sendo tomadas ignorando a presença quilombola no território tradicionalmente ocupado. Essa nova invasão de “brancos” apresentou formas destruidoras de controle e dominação do território, de onde historicamente os quilombolas foram expulsos com violência desproporcional (WANDERLEY, 2006).

A chegada da mineração e das unidades de conservação, instaurou a necessidade de os quilombolas comprovarem suas etnicidade e territorialidade (O'DYWER, 2002), formalizando o pedido de titulação do território em 2004. A sobreposição das unidades de conservação do território, impossibilita a titulação definitiva neste momento, que em um processo constante de negociações e “diálogo” com os órgãos do governo aceitaram as alternativas propostas e fez da portaria de reconhecimento uma vitória parcial, mas isto não encerrou a luta e o desejo das comunidades pelo título definitivo.

Contudo, um pouco mais das habilidades de compreensão e paciência será exigida dos quilombolas neste cenário atual, um pedido de desafetação das unidades nessa conjuntura poderia colocar tudo a perder. O Congresso Nacional, numa maioria esmagadora, somado aos ministros e ao atual Presidente, não estão muito interessados em viabilizar as demandas dos povos indígenas, quilombolas, tradicionais e etc. ao contrário disto, a lógica do capital para satisfazer interesses pessoais é o que está movimentando uma grande parcela da política brasileira.

REFERÊNCIAS

ACRQAT, Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II. **Protocolo de consulta e consentimento**. 2018.

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: Guardiães das Matas e dos Rios**. 2 ed. Cejup, UFPA - NAEA – Belém, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. In: O'DWYER, Eliane Catarino (org.). **Quilombos: identidade étnicas e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

BRASIL. **Decreto n.º 4.887, de 20/11/2003**. Regulamenta o procedimento para Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por Remanescentes das comunidades dos quilombos.

BRASILEIRO, Sheila; SAMPAIO, José Augusto. **Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: uma comunidade negra rural no oeste baiano**. In: O'DWYER, Eliane Catarino (org.). **Quilombos: identidade étnicas e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CARVALHO, Luciana Gonçalves de. **Histórias, memórias e representações da escravidão na comunidade quilombola do Ariramba**. In: GRUPIONI, Denise; ANDRADE, Lúcia (orgs.). **Entre águas bravas e mansas, índios e quilombolas em Oriximiná**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo: Iepé, 2015.

CRAPANZANO, Vincent. **Diálogo**. Anuário Antropológico/88. Editora: Universidade de Brasília, 1991.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta: sociabilidades, falas, e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999

ECODIMENSÃO – Meio Ambiente E Responsabilidade Social LTDA. **Relatório antropológico parcial de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural do território Jamari/Útimo Quilombo**, 2014.

FUNES, Eurípedes A. **Comunidades negras da Amazônia brasileira: políticas de desenvolvimento e exclusão social**. Territorialidades na América Latina. Goiânia, 2009.

FILHO, João Pacheco de Oliveira. (org.). **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998.

GOFFMAN, Erving. Introdução. 1996 In: **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes. Pp. 11-75.

GLUCKMAN, Max. **Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna**. In. BIANCO, Bela Feldman (Org.). *Antropologia das Sociedades Complexas*. São Paulo, Ed. Global, 1986.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. **Etnografia na performance musical – identidade, alteridade**

LEITE, Ilka. **Negros do Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade**. Letras Contemporânea. 1996.

OLIVEIRA, Luis R. Cardoso. **O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas**. Série Antropologia, v. 413, Brasília: DAN/UnB, 2007.

_____. **Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA** / Luís R. Cardoso de Oliveira. – Rio de Janeiro: Garamond, 2011. – (Coleção Direitos, conflitos e segurança pública.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá**. In: O'DWYER, Eliane Catarino (org.). *Quilombos: identidades étnicas e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002b.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 169 da OIT sobre povos Indígenas e tribais**. Genebra, 07 de junho de 1989.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SCHECHNER, Richard. **Performance Studies: An Introduction**. Routledge, 2006. Págs. 45-78.

_____. **O que é performance?** Tradução de R.L. Almeida, publicado sob licença criativa commons, classe 3. abril de 2011. Do original em inglês SCHECHNER, Richard. *Performance studies: an introduction*, second edition. New York & London: Routledge, 2006. p. 28-51. Disponível em:

http://performancesculturais.emac.ufg.br/uploads/378/original_O_QUE_EH_PERF_SCHEC_HNER.pdf. Acesso em: 08 fev. 2019.

_____. **Pontos de contato entre o pensamento antropológico e teatral.** In: Cadernos de Campo. São Paulo. n. 20. pp. 213-236. 2011.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual:** estrutura e anti-estrutura: tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis, Vozes, 1974.

WANDERLEY, Luiz J. de M. **De escravos livres a castanheiros “presos”:** a saga dos negros no Vale do Trombetas. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu- MG – Brasil. 2008.

_____. **Da senzala ao quilombo:** a construção de territórios alternativos à escravidão no rio Trombetas/PA. In: I Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2006, Niterói/RJ. Anais do I Encontro da Rede de Estudos Rurais.